

# TCU e Câmara fazem parceria para capacitar gestores

O presidente Ubiratan Aguiar assinou protocolo de execução de ações entre TCU e Câmara dos Deputados para promover o intercâmbio e a cooperação técnico-científica e cultural entre as duas casas. O protocolo dá início a uma parceria para capacitar gestores públicos dos municípios brasileiros. O Instituto Serzedello Corrêa (ISC/TCU) e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (Cefor) ficarão responsáveis por elaborar, em conjunto, cursos de educação a distância.

Para o presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar, o trabalho vai contribuir para uma maior eficiência na fiscalização, já que a capacitação de gestores pode diminuir o número de erros nas prestações de contas e de sanções aplicadas pelo Tribunal. O presidente também lembrou os benefícios do trabalho de fiscalização. “Ninguém mais do que nós deseja o desenvolvimento do País. No último ano conseguimos um benefício de R\$ 31,9 bilhões. Dinheiro que iria fazer falta na saúde e na educação”, disse.

O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, ressaltou a importância do trabalho do TCU para a atividade de controle externo, atribuída ao Congresso Nacional. “Quando a Constituição diz que o TCU é um órgão auxiliar do Congresso, é no sentido de colaboração. Nós legisladores somos especialistas em generalidades e o TCU é o especialista técnico em

fiscalização. Por isso, a Constituição colocou as duas casas para trabalharem juntas”, afirmou.

Temer acredita que a parceria vai intensificar o caráter preventivo da fiscalização dos recursos públicos. “É um momento marcante que revela a integração entre TCU e Câmara em benefício do País”. O deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) também destacou a importância das ações conjuntas: “O acordo ajuda a aprofundar o processo de transparência e mostra a preocupação do Legislativo com sua função pedagógica e de fiscalização”.

## COMUNICAÇÃO

O protocolo de execução também contempla parcerias na área de jornalismo. Além da veiculação mensal do programa TCU em ação, de 25 minutos, a TV Câmara cedeu em sua programação, mais cinco minutos semanais para exibição de interprogramas informativos sobre as atividades do Tribunal. O TCU em ação é veiculado na TV Câmara no 3º fim de semana de cada mês, no sábado, às 12h30, e no domingo, às 8h. Os interprogramas estreiam em junho e ainda terão horário de veiculação definido pela emissora. Todos os programas, produzidos pela Assessoria de Comunicação Social do TCU, são disponibilizados também na Sala de Imprensa do Portal TCU.

# TCU aprova, com ressalvas, contas do governo de 2008

O plenário do Tribunal de Contas da União aprovou o relatório e o parecer prévio das contas do governo federal, referentes ao exercício financeiro de 2008. O TCU fez recomendações a ministérios e órgãos da administração pública para correção das falhas detectadas. O documento, que teve como relator o ministro Augusto Nardes, será encaminhado ao Congresso Nacional, órgão responsável pelo julgamento das contas.

Nardes apresentou o relatório e analisou ações sociais e econômicas do governo. “O Brasil precisa de paz social e de uma política de emprego”, disse. O ministro ressaltou, também, a importância da prevenção contra o desperdício e a necessidade de uma maior eficiência na gestão pública. “Esperamos que o TCU possa dar a sua contribuição para que tenhamos um grande País”, completou.

O relatório faz considerações sobre o desempenho da economia brasileira em 2008, que registrou variação positiva de 5,08% do PIB em relação ao ano anterior, atingindo o montante de R\$ 2,89 trilhões. Aborda, também, os impactos da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, notadamente no último trimestre do ano.

Ao longo de 2008 foi registrada, em relação a 2007, redução da taxa de desemprego, passando de 7,4% para 6,8%. Já o rendimento médio do trabalhador evoluiu de R\$ 1.245,60 para R\$ 1.290,50. Outro aspecto positivo do desempenho do mercado de trabalho foi a elevação do nível de emprego formal (5,01%), sendo o setor da construção civil o maior responsável, com evolução de 12,9%.

Apesar de concluir que o Poder Executivo observou os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública, o relatório do TCU fez ressalvas sobre 15 temas, como o descumprimento de determinação constitucional para a aplicação de recursos destinados à irrigação, e as graves deficiências nos dados que deveriam subsidiar a análise dos resultados dos programas de governo.

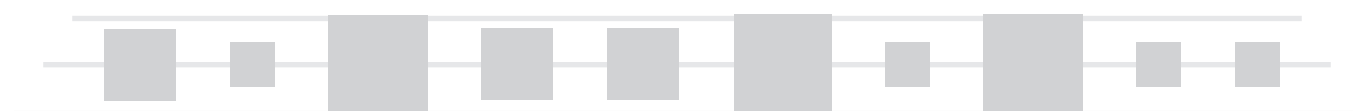
Entre as recomendações feitas pelo TCU para corrigir as falhas apontadas, está a elaboração de um plano de ação para fortalecer os sistemas de

planejamento, avaliação, monitoramento e controle da Administração Pública. A medida busca evitar que deficiências no planejamento e na execução das ações governamentais tragam gastos excessivos para os cofres públicos. Nos Jogos Panamericanos, por exemplo, o gasto da União foi 18 vezes maior que o previsto.

#### COMPETITIVIDADE

O relatório avalia que a elevada e crescente carga tributária brasileira – maior do que a de países como EUA, Japão, Coréia do Sul, Chile e México – tende a reduzir a competitividade nacional na medida em que a economia mundial se torna cada vez mais globalizada. A carga tributária brasileira registrou crescimento nominal de 15,56%, em relação a 2007, enquanto no mesmo período o crescimento nominal do PIB foi de 12,93%.

No tocante à dívida líquida total do setor público, o relatório informa que, em 2008, alcançou R\$ 1,070 trilhão, valor inferior em R\$ 80,8 bilhões aos números em 2007. Em termos de percentual do PIB, a queda da dívida foi de 6%, tendo passado de 42,03% em 2007 para 36% em 2008. No que se refere ao governo federal, a dívida consolidada líquida caiu para R\$ 760,3 bilhões em dezembro de 2008, resultado R\$ 47,8 bilhões inferior ao registrado em 2007.



## TCU oferece emendas ao projeto da LDO para 2010

O Tribunal de Contas da União ofereceu emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 – PLDO 07, de 2009, em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO), sendo sete emendas ao texto e uma emenda ao Anexo I - Metas, elaboradas pela Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União (Secob) e pela Secretaria-Geral de Administração (Segedam), respectivamente. A composição das emendas construída pela Assessoria Parlamentar (Aspar) foi acatada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), na reunião realizada no último dia 3.

Em seguida, o TCU apresentou mais oito emendas ao PLDO, sendo quatro produzidas pela Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan) e outras quatro pela Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).